

Desonerar cesta reduz preço em 5% e custa R\$35 bi

Cesta básica custa R\$ 34,7 bi à União com itens como salmão e picanha

Secretário defende desoneração com foco definido, como população mais pobre ou alimento saudável

Ídina Tomazelli

A definição dos itens contemplados ainda dependerá de regulamentação, em uma etapa posterior à conclusão da votação da PEC. Mesmo assim, o governo teme desajuste que a lista de produtos fique muito grande, o que tornaria o benefício menos focalizado e poderia onerar os demais setores da economia com uma carga tributária mais elevada. Embora seu impacto seja relevante na bolsa a população mais vulnerável, o diagnóstico do governo é que a medida pode ser mais focalizada, diz o secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento, Sérgio Firpo. Os dados compõem um dos boletins que serão lançados pelo órgão nesta terça (22), no "Seminário de Avaliação e Melhoria do Gasto Público, promovido em parceria com o BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). O documento foi antecipado à Folha. O foco desta edição é a primeira fase da Reforma Tributária, que trata da tributação sobre o consumo. A PEC propõe de emenda à Constituição aprovada na Câmara prevê a criação de uma cesta básica nacional, que terá inserção integral dos novos tributos. O texto tramita no Senado.

começam com os mesmos direitos. Por isso, não há como isolar um ou outro para aplicar a desoneração. Governos passados cogitaram restringir o alcance da política, mas esbarraaram no temor de aumento de preços e na repressão política negativa que uma decisão nesse sentido teria na população. Na Reforma Tributária, a guerra de narrativas em torno do aumento ou não dos preços dos alimentos mobilizou entidades, parlamentares e criou um problema político para o governo. A avaliação do relator, deputado Aquilino Ribeiro (PP-PI), foi prever no texto a isenção total da cesta básica. O avanço na discussão da PEC é visto como uma oportunidade para retomar o debate em torno do tema, a partir do diagnóstico de possíveis melhorias na política.

"A desoneração não é ineficiente, ela tem impactos importantes sobre a população mais pobre, basicamente porque o consumo é decrescente com a renda, sobretudo com alimentos. Então, na hora em que desonera, privilegia o consumo dos mais pobres. Os ricos se beneficiam também, mas, no aspecto distributivo, ele [o benefício] é progressivo", diz Firpo. Os dados mostram que os mais pobres gastam quase 30% de sua renda com alimentação, enquanto os mais ricos desutam cerca de 12%. Mesmo assim, o secretário afirma que a política pode ser aperfeiçoada em termos de focalização. Para isso, é preciso saber qual é o objetivo central. Ele cita exemplos de metas e soluções.

Para atender aos mais pobres, o governo poderia desonerar menos produtos e concentrar recursos no "cash back", mecanismo de devolução de tributos pagos por famílias que cumprem determinados critérios (como ser de baixa renda). A PEC já prevê essa possibilidade, embora ainda não haja clareza suficiente de como o sistema seria colocado em prática. Para fomentar uma alimentação mais saudável, independentemente da renda, o governo poderia isentar produtos com esse perfil: excluir da cesta básica alimentos ultraprocessados, prejudiciais à saúde. Hoje, cinco categorias alcançadas pela desoneração incluem alimentos ultraprocessados, entre eles margarina e preparações compostas para bebidas não alcoólicas — por exemplo, refrigerantes. Hoje, cinco categorias alcançadas pela desoneração incluem alimentos ultraprocessados, entre eles margarina e preparações compostas para bebidas não alcoólicas — por exemplo, refrigerantes. Hoje, cinco categorias alcançadas pela desoneração incluem alimentos ultraprocessados, entre eles margarina e preparações compostas para bebidas não alcoólicas — por exemplo, refrigerantes. Hoje, cinco categorias alcançadas pela desoneração incluem alimentos ultraprocessados, entre eles margarina e preparações compostas para bebidas não alcoólicas — por exemplo, refrigerantes.

que vamos criar essa exceção [ao pagamento de tributos]". Simulações realizadas por técnicos do Executivo mostram que o fim da desoneração, acompanhada de uma redução geral de 4,5 pontos percentuais nas alíquotas de PIS/Cofins sobre todos os produtos, compensaria a perda de renda das famílias, sem impactar a inflação nem prejudicar a atividade econômica. Iveruais impactos negativos sobre o poder de compra dos mais pobres também poderiam ser compensados por um aumento nas transferências de renda. "A combinação de redução de alíquotas de PIS/Cofins para todos os produtos com aumento nas transferências de renda, portanto, poderia trazer ganhos de eficiência econômica e redução de desigualdades, além de dar maior transparência ao orçamento público ao explicitar quem são os principais beneficiados por essas medidas", diz o documento. A intenção de lançar os boletins busca disseminar os resultados de estudos já realizados no âmbito do CMAP (Conselho de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas) nos últimos anos. "Queremos contribuir para o debate conjuntural, que muitas vezes carece de informações sobre os benefícios que as políticas públicas geram", diz Firpo. Muitos têm discutido o valor das novas alíquotas, o impacto das exceções setoriais, mas tem se discutido pouco impacto para além do fiscal. A gente tem uma noção do custo, mas não tem clareza sobre os benefícios, e queremos contribuir para esse debate mais específico".

Os ultraprocessados devem estar na cesta? O objetivo é reduzir insegurança alimentar? Uma desoneração total não está focando aqueles mais propensos a terem insegurança alimentar

Sérgio Firpo, secretário de Monitoramento e Avaliação de Políticas Públicas do Ministério do Planejamento



Os presidentes do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), da Fiapsp, José Gomes da Silva, e da Câmara, Arthur Lira (PP-AL), na sede da entidade da indústria, em SP

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 15